

A INCIDÊNCIA DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM COMUNIDADES INDÍGENAS ACOMPANHADAS PELO CAPS DE ITAMARAJU-BA: AIMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA QUALIFICADA DE ENFERMAGEM¹

Gabrielle dos Santos Oliveira²
Ivanilda Rodrigues Salomão³
Emanuel Vieira Pinto⁴

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma análise acerca da incidência da ansiedade e depressão em comunidades indígenas acompanhadas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Itamaraju-BA, destacando a importância da assistência qualificada do profissional da enfermagem na promoção e recuperação da saúde mental. Assim, o problema questionado é: como o enfermeiro pode contribuir para uma reabilitação efetiva dos pacientes indígenas ansiosos e depressivos, mesmo com as deficiências e as dificuldades por parte das políticas públicas de saúde mental? Frente a isso, o objetivo geral do estudo busca pesquisar a incidência dos casos de ansiedade e depressão nas comunidades indígenas, enfatizando a importância da assistência qualificada do profissional da enfermagem na reabilitação da saúde mental. Nessa perspectiva, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: destacar o papel dos órgãos públicos para proporcionar atendimentos qualificados de saúde mental em comunidades indígenas, identificar os fatores que predispõem quadros de ansiedade e depressão, contextualizar a situação atual dos pacientes ansiosos e depressivos nas comunidades indígenas e apresentar a relevância do profissional da enfermagem no processo de reabilitação dos povos indígenas que se encontram em sofrimento psíquico. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, direcionada pela abordagem quali-quantitativa, onde foram empregadas técnicas estatísticas para apresentar os resultados obtidos e, a utilização dos bancos de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO, google acadêmico, artigos científicos e revistas. Através do estudo, concluiu-se que a prevalência dos casos de ansiedade e depressão entre indígenas mostrou-se significativa, com maior predominância em indígenas do sexo feminino.

2717

Palavras-chave: Saúde Mental. Sofrimento Psíquico. Profissional de Enfermagem. Atendimento Qualificado.

¹ Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem, em 2024.

²Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA, em Itamaraju - BA.

³Professora Orientadora, Graduada em Enfermagem e Especialista em Enfermagem do Trabalho. Docente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA.

⁴Mestre em Gestão. Social, Educação e Desenvolvimento Regional, no Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU da Faculdade Vale do Cricaré - UNIVC.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a saúde dos povos indígenas sofreu inúmeras mudanças até ser estabelecida como um direito constitucional. No entanto, essa população ainda enfrenta diversas situações de tensão social, ameaças e fragilidades, que gera um impacto direto em sua qualidade de vida e saúde. Assim, torna-se explícito que a promoção da saúde dos povos indígenas exige uma atenção maior, tanto por parte dos órgãos públicos como por parte dos profissionais que atuam nessa área.

Por influenciar diretamente na qualidade de vida do ser humano, quando encontra-se fragilizada, a saúde mental causa diferentes distúrbios prejudiciais que podem afetar o comportamento, as emoções, as atitudes, a qualidade das interações individuais e coletivas, entre outros aspectos. No contexto dos povos indígenas, fica evidente a necessidade de promover mudanças, novos recursos e estratégias de intervenção para evitar o aumento cada vez maior dos casos de ansiedade e depressão, garantindo a assistência e o cuidado adequados a essa população, já que enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde mental.

Frente a isso, o problema da pesquisa questiona-se: como o enfermeiro pode contribuir para uma reabilitação efetiva dos pacientes indígenas ansiosos e depressivos, mesmo com as deficiências e as dificuldades por parte das políticas públicas de saúde mental? Sendo assim, é importante enfatizar que o enfermeiro apresenta competência e autonomia para identificar e traçar estratégias de intervenção e direcionar a melhor conduta a ser realizada para proporcionar qualidade de vida ao seu paciente.

Diante da problemática apresentada, o objetivo geral deste estudo busca pesquisar a incidência dos casos de ansiedade e depressão nas comunidades indígenas, bem como abordar a importância da assistência qualificada do profissional da enfermagem na reabilitação da saúde mental. E a partir do objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos: Destacar o papel dos órgãos públicos para proporcionar atendimentos qualificados de saúde mental em comunidades indígenas, identificar os fatores que levam os povos indígenas a desenvolverem quadros de ansiedade e depressão, contextualizar a situação atual dos pacientes ansiosos e depressivos nas comunidades indígenas e, por fim apresentar a relevância do profissional da enfermagem no processo de reabilitação dos povos indígenas que se encontram em sofrimento psíquico.

O presente estudo justifica-se pela sua importância no âmbito da saúde pública, tendo-se em vista a intensificação dos agravos relacionados à saúde mental dos povos indígenas.

Diante ao aumento nos casos de ansiedade e depressão em comunidades indígenas, se faz necessário uma maior atenção por parte dos profissionais da área da saúde e dos órgãos públicos, com o intuito de promover um atendimento de qualidade e eficiência a essa população que vive em situações de vulnerabilidade social, física e psicológica.

Assim, a pesquisa consiste em uma revisão integrativa de caráter bibliográfica e descritiva, realizando análises quali-quantitativa, onde a sua fundamentação se apoia em estudos bibliográficos e técnicas estatísticas para trabalhar os resultados encontrados.

Em virtude do que foi mencionado anteriormente, espera-se que os resultados obtidos ao final dessa análise possam contribuir para a implementação de intervenções e práticas eficazes por parte dos órgãos públicos e dos profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar indígena para promover novas expectativas na assistência aos povos indígenas que se encontram em sofrimento psíquico, de forma a subsidiar ações governamentais que visem à redução da ocorrência de casos de ansiedade e depressão que vem aumentando nesse segmento de forma acelerada.

2. METODOLOGIA

A metodologia é uma etapa fundamental durante a elaboração de um projeto científico, trata-se de um conjunto de métodos, técnicas e processos que apresentam grande contribuição para que a pesquisa seja realizada, alcançando os objetivos do estudo com qualidade e eficiência.

Assim, o estudo trata-se de uma revisão integrativa de caráter bibliográfico e descritivo, apresentando análises quali-quantitativas, tendo a sua fundamentação baseada em pesquisas bibliográficas e técnicas estatísticas para tratar as informações. O interesse da pesquisa é coletar dados relevantes acerca do índice de casos ativos de ansiedade e depressão em pacientes indígenas que são acompanhados pelo CAPS de Itamaraju-BA entre o período de 2007 a 2023.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para que uma pesquisa científica seja realizada, pois se trata de uma etapa onde o pesquisador busca conhecer e analisar algumas obras que já foram publicadas e que apresentam relevância para direcionar o processo de construção do seu estudo, contribuindo assim para o conhecimento teórico mais abrangente na área de pesquisa. Além disso, a depender do tema escolhido, o pesquisador pode contar

com uma vasta amplitude de artigos publicados que poderão ajudar nesse caminho a ser trilhado durante o processo. (Sousa et al., 2021).

Além disso, o estudo também será baseado através de uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (1999), esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo descrever os dados importantes sobre determinada população, em específico. Diante disso, é nítido a variação de estudos que podem ser embasados por meio desse tipo de pesquisa, principalmente porque a mesma possui como característica fundamental, a utilização de técnicas padrões que podem contribuir para a coleta de dados referente ao índice de casos de ansiedade e depressão nas comunidades indígenas.

A metodologia dessa pesquisa também foi fundamentada através de uma abordagem qualiquantitativa, uma vez que a mesma apresenta instrumentos estatísticos para análise dos eventos estudados, priorizando não somente a pesquisa em si, mas também os resultados que serão encontrados no decorrer do estudo, enriquecendo assim, a análise e as discussões finais.

A pesquisa qualiquantitativa é um método que mescla elementos qualitativos e quantitativos para obter uma compreensão abrangente de um fenômeno. Essa metodologia permite explorar as nuances e complexidades de um tema usando técnicas qualitativas, como entrevistas aprofundadas ou análise de conteúdo. Além disso, busca validar e generalizar os resultados com métodos quantitativos, como questionários estruturados ou análise estatística. Ao unir essas abordagens, os pesquisadores conseguem capturar tanto a profundidade das percepções individuais quanto a amplitude das tendências e padrões em uma população, proporcionando uma visão completa e embasada do objeto de estudo (Paschoarelli et al., 2015).

Os dados para a complementação do estudo bibliográfico foram coletados por meio de análises de prontuários de pacientes acompanhados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Itamaraju-BA entre o período de 2007 a 2023, explicitando os resultados obtidos por meio da ilustração de gráficos. Além disso, foram consultados recursos como o site do Ministério da Saúde, artigos, revistas, livros e cartilhas de sites de instituições públicas como, Biblioteca Virtual do Ministério de Saúde, sites digitais como SciELO e google acadêmico.

3. ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS

No decorrer dos anos, os povos indígenas passaram a enfrentar diversas lutas com o intuito de alcançar os seus direitos constitucionais, incluindo também a luta pela saúde. No

Sistema Único de Saúde (SUS), a inclusão da saúde indígena, ocorreu em meados de 1990, porém, só em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que desde então passou a assegurar a proteção e promoção dos direitos e necessidades dos povos indígenas brasileiros (Brasil, 2019).

As políticas públicas voltadas para a saúde mental dos povos indígenas têm uma história complexa, marcada por desafios, injustiças e lutas por reconhecimento e autonomia. Ao longo do tempo, essas políticas evoluíram em resposta às necessidades específicas das comunidades indígenas, mas também refletiram os preconceitos e as assimetrias de poder presentes na sociedade em geral.

Assim, diante ao aumento das demandas, foram criados os subsistemas de saúde indígena (SasiSUS) com o intuito de promover uma atenção integral à saúde e assistência aos povos indígenas dentro das comunidades, uma vez que o SUS priorizava ações de saúde voltadas para as zonas urbanas, porém, só após a implementação de Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs), que o atendimento à saúde indígena foi introduzido nas aldeias, e durante esse período, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) era responsável pela assistência, coordenando e executando ações referentes à saúde indígena (Garnelo, 2012).

É importante mencionar que, além dos DSEIs, no que se refere a estruturação, o atendimento é composto por 351 Pólos-Base e Casas de Saúde Indígena, que estão localizados nas próprias comunidades indígenas ou também em municípios de referência, correspondendo a uma Unidade Básica de Saúde - UBS.

Contudo, a partir de reivindicações do movimento indígena, a saúde dos povos indígenas passou a ser coordenada e executada por uma secretaria específica vinculada diretamente ao Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que ficou responsável tanto pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), quanto por todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2019).

Vale ressaltar que, em relação a esse subsistema, a promoção à saúde visa oferecer assistência de baixa, média e alta complexidade, e isso varia de acordo com as demandas que vão surgindo e as necessidades específicas de cada paciente.

A portaria nº 2.759, de 25 de outubro de 2007, estabelece as diretrizes gerais para a política de atenção integral à saúde mental das populações indígenas e cria o comitê gestor,

com o intuito de garantir a proteção na assistência de promoção e proteção para os indígenas que necessitam de atendimento psicossocial (Bento, 2019).

Porém mesmo que a PNASPI menciona a importância do atendimento psicossocial para essa população, na prática, essa situação tende a falhar e como consequência, a assistência profissional no atendimento psicossocial acaba encontrando resistência para alcançar uma ampla abrangência nas áreas das comunidades necessitadas, e isso se dá principalmente, pelas dificuldades e deficiências dos órgãos públicos em relação a saúde mental.

No que diz respeito à saúde mental, a SESAI conta com uma área técnica que está em gradativa e constante construção, constituída por uma equipe multidisciplinar de profissionais, dentre eles, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, médicos, e outros, que juntos planejam ações de promoção à saúde baseadas em demandas específicas, no contexto e complexidade (Zanello, 2016).

Diante disso, torna-se claro que é necessário direcionar novas estratégias e intervenções de saúde para a população indígena. As políticas públicas voltadas à saúde indígena devem ser implementadas de forma efetiva, de modo que o atendimento psicossocial seja realizado dentro das próprias comunidades, de maneira eficiente e não em outro local distante. Portanto, é essencial capacitar adequadamente os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar, a fim de atender essa população de forma integralizada, sempre respeitando as questões socioculturais.

Os órgãos públicos desempenham um papel fundamental na promoção da saúde mental em comunidades indígenas, e é essencial que eles ajam de forma proativa e sensível às necessidades e demandas específicas dessas comunidades. Isso requer um compromisso contínuo com o diálogo intercultural, a colaboração e a justiça social, investimento em infraestrutura e recursos, além de parcerias com lideranças indígenas.

4. ANSIEDADE E DEPRESSÃO

A ansiedade e a depressão são distúrbios complexos que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. A ansiedade se manifesta como uma sensação constante de preocupação, medo ou apreensão, muitas vezes acompanhada por sintomas físicos, como palpitações, tensão muscular e dificuldade para dormir.

A depressão é mais do que simplesmente se sentir triste. É um estado persistente de tristeza, desesperança e perda de interesse nas atividades cotidianas. Ambos os distúrbios

podem ser debilitantes, impactando significativamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional das pessoas afetadas.

De forma geral, a doença mental surge da combinação de diversos fatores, como a influência genética, desequilíbrios químicos no cérebro, exposição a situações estressantes (sejam elas sociais, econômicas ou culturais), dificuldades no manejo das emoções, consumo de substâncias legais ou ilegais e experiências traumáticas (Costa, 2023).

A pressão da vida moderna, o estresse constante, eventos traumáticos e predisposições genéticas são apenas alguns dos fatores que contribuem para o desenvolvimento desses problemas de saúde mental. A estigmatização em torno das doenças mentais muitas vezes impede que as pessoas busquem ajuda, aumentando o sofrimento e agravando os sintomas ao longo do tempo. É crucial entender que a ansiedade e a depressão não são simplesmente fraquezas ou algo que pode ser superado apenas com força de vontade.

O tema dos transtornos mentais nas comunidades indígenas é complexo e estão muitas vezes relacionados à perda de território, identidade cultural e mudanças socioeconômicas. As pressões da modernização, perda de tradições e impactos ambientais contribuem para um aumento dos níveis de ansiedade. Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde mental culturalmente sensíveis pode dificultar o apoio necessário a essas comunidades. É crucial um olhar atento e respeitoso para compreender e oferecer suporte às necessidades específicas dessas populações em relação à saúde mental.

O tratamento para os transtornos mentais supracitados pode envolver uma combinação de terapia psicológica, medicamentos prescritos por profissionais de saúde mental e mudanças no estilo de vida, como exercícios físicos regulares, sono adequado e práticas de relaxamento. No entanto, cada caso é único, e o tratamento eficaz pode variar de pessoa para pessoa. É importante buscar ajuda profissional e apoio social para lidar com esses distúrbios (Andretta et al., 2018).

Além disso, estratégias de autocuidado desempenham um papel fundamental na gestão dessas condições. Estabelecer limites saudáveis, cultivar relacionamentos positivos e desenvolver habilidades de enfrentamento são passos importantes na jornada de recuperação. Educação, compreensão e empatia também são essenciais para criar uma sociedade mais solidária e acolhedora para aqueles que enfrentam desafios de saúde mental.

Embora a jornada possa ser desafiadora, é importante lembrar que a recuperação é possível. Com apoio adequado, compreensão e tratamento, muitas pessoas conseguem

gerenciar e superar os sintomas, retomando o controle de suas vidas e encontrando um caminho para o bem-estar emocional e mental. Vale ressaltar que, é crucial combater o estigma em torno da saúde mental para que as pessoas sintam confortáveis em buscar ajuda e apoio.

5. FATORES QUE PREDISPÕEM QUADROS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Atualmente, a sociedade está exposta a diversas situações que afetam diretamente o bem-estar físico, mental e social. Diante das cobranças, desafios e mudanças repentinas no estilo de vida, esse cenário tem se agravado cada vez mais, resultando em impactos negativos como o aumento nos casos de ansiedade e depressão. Quando falamos dos povos indígenas, esse tema se torna ainda mais abrangente, uma vez que diversos fatores socioculturais podem influenciar nesse processo.

No que diz respeito a saúde mental, a população indígena vem enfrentando uma série de problemas que estão diretamente relacionados ao consumo exagerado de bebidas alcóolicas e outras substâncias psicoativas, situações de violências e suicídios, além disso, é uma população que enfrenta diariamente situações como, a discriminação racial e social, além de preconceitos, e todos esses fatores acabam acarretando o desenvolvimento de transtornos emocionais que se intensificam cada vez mais (Rosa, 2013).

Uma variedade de fatores contribui para a predisposição de quadros de ansiedade e depressão na população indígena, destacando a importância de abordagens holísticas e culturalmente sensíveis na promoção do bem-estar mental dessas comunidades.

Sendo assim, o alcoolismo é um dos principais fatores prejudiciais que acometem a população indígena, uma vez que acarreta o desenvolvimento de dependências e vícios que geram problemas socioeconômicos na vida destes indivíduos, e esse uso excessivo de álcool se manifesta não só nas diferenças das taxas de consumo, mas também na questão comportamental, o que é extremamente prejudicial à saúde mental, provocando alterações e desequilíbrios psicológicos que alteram o tom de voz e estimula atitudes violentas, além do desenvolvimento de alucinações, medo, tristeza, e até mesmo quadros depressivos (Santos, 2021).

Diante disso, é evidente a necessidade de abordar o problema do consumo de álcool entre a população indígena. Isso ocorre porque tal hábito representa uma questão

extremamente prejudicial, que tem causado sérios danos patológicos, estruturais, sociais e culturais. Vale destacar, também, a importância da intervenção e promoção da saúde, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e bem-estar aos povos indígenas.

Outro fator que tem um impacto direto no desenvolvimento de transtornos mentais e emocionais nos povos indígenas é o aumento dos casos de violência que são experienciados diariamente, tanto dentro das próprias comunidades como em áreas externas da sociedade. Neste momento, os conflitos relacionados a direitos territoriais, invasões de propriedade, exploração ilegal de recursos naturais, assassinatos e a destruição do patrimônio indígena são alguns dos fatores que mais contribuem para a violência contra os povos indígenas.

As comunidades indígenas enfrentam com grande sofrimento um processo de desmonte das instituições responsáveis por proteger seus direitos, territórios e preservar suas formas de vida. Além disso, estão sujeitas a um contexto alarmante de violência sistêmica e institucionalizada. Um dos principais impulsionadores da violência contra os povos indígenas é a disputa por terras (Rangel, 2021).

Adicionalmente, é importante frisar que a saúde mental dos povos indígenas é afetada negativamente por outros fatores também, incluindo a discriminação racial, preconceito e desrespeito, entre outros. Dentro do contexto brasileiro, é válido ressaltar que o racismo é um problema histórico e social que ultrapassa a questão da cor e se reflete nas relações hierárquicas, de gênero e econômicas.

6. SITUAÇÃO ATUAL DOS PACIENTES ANSIOSOS E DEPRESSIVOS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A saúde mental sempre foi um assunto que apresentou grandes questionamentos em relação à compreensão dos conceitos dentro da sociedade. Portanto, o termo saúde mental ou psicossocial está intimamente ligado ao bem-estar individual, familiar e social/comunitário, e não se limita apenas à ausência de doenças ou sofrimento.

Conforme a OMS (2001) preconiza, “Os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa. Por uma perspectiva transcultural, é quase impossível definir saúde mental de uma forma completa. De modo geral, porém, concorda-se quanto ao fato de que saúde mental é algo mais do que a ausência de transtornos mentais” (Organização Mundial de Saúde, 2001, pp. 3-4).

Devido aos alarmantes indicadores de saúde, a população indígena no Brasil enfrenta uma série de situações de vulnerabilidade. Embora seus direitos sejam garantidos por lei,

muitos ainda vivenciam conflitos e experimentam impactos que resultam em danos sociais e psicológicos significativos. Por conseguinte, isso leva a mudanças no estilo de vida, enfraquecimento dos laços comunitários e até mesmo modificações nas práticas culturais.

No contexto da pandemia SARS-COVID-19 tornou-se perceptível a fragilidade e a vulnerabilidade psicológica que perduram até os dias atuais. Isso implica em reconhecer que os povos indígenas, além de enfrentarem a situação de pandemia, vivenciam diariamente uma realidade onde seus direitos humanos são violados, o que gera impacto prejudicial não somente na saúde psicossocial, mas também no bem-estar de forma geral. No que se refere aos problemas relacionados à saúde mental, atualmente estamos enfrentando índices elevados de quadros depressivos, automutilação e ansiedade, além do aumento de casos letais e não letais de violência. (Brasil, 2020).

A condição presente dos indivíduos ansiosos e depressivos em comunidades indígenas demonstra uma combinação complexa de elementos, como a disponibilidade de tratamentos de saúde mental, o estigma, a força cultural e as ações contínuas de intervenção.

O atendimento psicossocial aos povos indígenas, torna-se algo cada vez mais desafiador, tanto para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), quanto para os profissionais que atuam na área, uma vez que os mesmos precisam lidar com situações pouco comuns na prática do seu dia a dia, situações essas que exigem muito mais do que o domínio técnico e científico, mas também a necessidade de conhecer e respeitar a diversidade cultural dos povos indígenas para que o atendimento seja qualificado (Brasil, 2019).

Em determinadas circunstâncias, os profissionais que compõem a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) acabam enfrentando dificuldades na promoção da saúde mental. Frequentemente, essas dificuldades surgem porque eles não se sentem preparados para assumir o papel de cuidar do aspecto psicossocial. Por consequência, as demandas de saúde mental são encaminhadas aos profissionais de referência que trabalham fora das comunidades indígenas.

Essa abordagem acaba dificultando a reabilitação da saúde mental, uma vez que esses serviços são prestados de maneira fragmentada e hierarquizada, comprometendo, assim, o tratamento dos pacientes que estão passando por dificuldades psíquicas. Por exemplo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenha um papel crucial no cuidado da saúde mental dos povos indígenas, proporcionando um ambiente inclusivo e culturalmente sensível, com o objetivo de oferecer suporte que respeite e integre suas tradições e conhecimentos,

porém, é necessário que haja um intermédio por parte da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena para que os pacientes se sintam confortáveis e seguros para receber esse atendimento fora das comunidades.

Vale ressaltar que, é de suma importância a participação e contribuição de todos os profissionais que compõem a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI), no cuidado com os indivíduos que necessitam de ajuda para o seu sofrimento, sempre levando em consideração que a promoção da saúde, deve ser realizada em conjunto de modo intersetorial e interdisciplinar (Brasil, 2019).

Dessa forma, fica evidente que a responsabilidade pelo cuidado à saúde mental deve ser compartilhada, com o intuito de alcançar a integralidade na assistência prestada

Vale ressaltar que, todos os profissionais têm muito a contribuir no cuidado psicossocial, e nem sempre é necessário o encaminhamento para clínicas e profissionais especializados, muitas vezes essa promoção em saúde pode ser fornecida pelas próprias equipes da Atenção Primária presentes no território onde a pessoa vive (Brasil, 2019).

Além disso, fica claro o quão importante é promover a educação em saúde diretamente nas comunidades, com o objetivo de proporcionar às pessoas o conhecimento acerca dos fatores que influenciam, resultando em melhores condições de vida e saúde para a população em geral.

Essas ações de saúde mental direcionadas à população indígena são organizadas com o intuito de fornecer cuidados diferenciados de acordo com as necessidades psicossociais de cada paciente, como os problemas relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas, por exemplo, álcool e outras drogas, além situações violentas, suicídios e outros agravos, problemas socioculturais e econômicos. Além disso, vale ressaltar acerca do preconceito, discriminação e conflitos presentes dentro da sociedade e que afetam diretamente o modo de vida dessa população (Brasil, 2019).

7. RELEVÂNCIA DO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO

A presença e o alcance da enfermagem na área da saúde indígena são notáveis e abrangentes. Os enfermeiros desempenham um papel central no cuidado direto aos pacientes, que ultrapassa questões físicas, pois possuem total autonomia e capacidade para oferecer

assistência integral em diversas áreas de saúde, permitindo melhorias na assistência e promovendo qualidade de vida e bem-estar aos seus pacientes e familiares.

A participação da enfermagem na saúde mental indígena é ainda muito incipiente, e isso ocorre pela ampla abrangência nos princípios relacionados às questões psicossociais, o que acaba se tornando algo mais desafiador, visto que os profissionais não estão acostumados a lidar e vivenciar tais situações (Figueiredo, 2014).

Dessa forma, vale enfatizar o quão é importante e significativo a capacitação e qualificação profissional nesta área para que o cuidado prestado seja realizado da melhor forma possível.

Frente a essas situações, a Secretaria Especial de Saúde indígena (SESAI) criou métodos estratégicos para promover uma qualificação adequada aos profissionais de referências que atuam na saúde mental para que os mesmos estejam aptos e seguros para proporcionar atendimentos qualificados e acolhimento humanizado aos povos indígenas (Fernandes et al., 2016).

Quando se trata de questões relacionadas a saúde mental, o profissional da enfermagem deve buscar estratégias de intervenção para atuar e lidar com os aspectos etnoculturais, principalmente quando se trata da população indígena, onde há uma existência de estereótipos já enraizados que podem afetar diretamente o modo de promoção à saúde. Saber agir de forma consciente e ter empatia para entender e respeitar as diversidades culturais dos povos indígenas é o primeiro passo para se proporcionar um cuidado humanizado, atencioso e obter resultados eficientes no atendimento.

A assistência de enfermagem aos pacientes indígenas portadores de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais ainda está em processo de aprimoração, visto que os profissionais atuantes precisam estar cada vez mais qualificados para lidar com diversas situações presentes, principalmente a questão de conhecimento e entendimento da cultura, que é de extrema importância para que possam introduzir métodos eficazes de acordo com as necessidades e demandas específicas de cada comunidade, uma vez que a demanda de serviços é muito relativa, e varia de acordo com estado de sofrimento mental de cada paciente (Cervi et al., 2017).

Ademais, cabe ao enfermeiro a responsabilidade de oferecer orientação em saúde aos pacientes que enfrentam adversidades mentais, enfatizando sobre os eventuais danos decorrentes de comportamentos prejudiciais, como o consumo de álcool e outras substâncias

psicoativas. Além disso, é de suma importância que o profissional tenha habilidade para transmitir conhecimentos e promover a saúde nesses casos, de modo a contribuir para o bem-estar geral do paciente.

No campo de atuação da saúde mental, são diversos os problemas presentes, tanto em relação a infraestrutura local, quanto na precariedade de insumos e materiais para suprir a necessidade das comunidades e problemas relacionados aos recursos humanos que não são favoráveis, e frente a isso, o profissional dispõe dos serviços com o pouco que é fornecido, mesmo buscando estratégias para proporcionar um atendimento de qualidade e eficiência (Fernandes et al., 2016).

É importante ressaltar que a priorização da comunicação intercultural, a habilidade de se expressar verbalmente e transmitir informações da melhor maneira possível são fundamentais para alcançar eficiência na assistência aos povos indígenas. Além disso, o profissional deve buscar meios de direcionar sua atenção ao paciente e suas necessidades de maneira humanizada, a fim de conquistar sua confiança e tornar o atendimento menos estressante, mais produtivo e distinto.

É visando ao relacionamento humano que os enfermeiros procuram dialogar com o paciente, seus familiares, as comunidades e a equipe de saúde; é também através do relacionamento que procuram desenvolver métodos de trabalho de grupo, em equipes, que propiciem um melhor entendimento para si mesmos e para os outros. Sendo o cerne da própria profissão, o relacionamento ocupa lugar bastante elevado na escala de valores da mesma (Manzolli, 1983, p. 1).

2729

A partir do supracitado nota-se que, além da comunicação interpessoal, no que diz respeito a saúde mental indígena, a atuação do enfermeiro abrange uma área muito mais ampla que envolve tratar o paciente, sua família e comunidade através de oficinas, atividades, reuniões, atendimentos familiares, promoção à saúde e cuidados, além de visitas domiciliares e educação continuada.

Entende-se como atendimento diferenciado o modelo de assistência em que as ações de saúde devem ser adaptadas às peculiaridades socioculturais, epidemiológicas e demográficas das diversas etnias indígenas (Pereira et al., 2014, p.1080).

Diante disso, é de extrema importância que o profissional adote algumas medidas que possam colaborar de forma positiva no tratamento terapêutico, isso inclui oferecer atendimento completo ao paciente e à sua família, proporcionar e programar planos de cuidado humanizado aos seus pacientes, fazer a escuta ativa do seu paciente, dando abertura para que ele relate acerca dos seus problemas e sentimentos diante ao seu sofrimento.

É necessário que o enfermeiro conheça a história de vida do seu paciente, os seus problemas emocionais e o processo de adoecimento para que a partir daí seja realizado a

Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) que é fundamental para a obtenção de bons resultados, além disso, vale ressaltar que o profissional deve buscar maneiras de incluir a família no processo de reabilitação do paciente indígena, uma vez que isso pode contribuir positivamente na aceitação e compreensão das dificuldades que surgem no decorrer do processo (Funasa, 2002).

Devido ao contato frequente e direto com os pacientes, o enfermeiro exerce um papel essencial na identificação de sinais e sintomas das doenças, até mesmo quando se trata de indicativos de depressão e transtorno de ansiedade, o que demonstra sua relevância em vários âmbitos da saúde, incluindo na saúde mental.

Em virtude do que foi mencionado, fica evidente que a enfermagem tem muito a contribuir no campo de atuação da saúde mental indígena, pois diante a seu conhecimento técnico e científico, o enfermeiro possui capacidade para agregar juntamente com a equipe multidisciplinar oferecendo suporte emocional, atuando no acolhimento do paciente e família, realizando as consultas de enfermagem e avaliações de saúde mental, identificando fatores de estresse, buscando estratégias para a reintegração social do paciente, auxiliando o paciente a identificar situações que sejam gatilhos para ansiedade, além disso, o enfermeiro pode elaborar juntamente com a equipe planos terapêuticos individuais e coletivos que podem ser de grande relevância para a recuperação do paciente (Alfing, 2011).

É importante destacar que o enfermeiro deve investigar as dificuldades enfrentadas pelos pacientes que lidam com sofrimento mental e buscar novas abordagens para melhorar a qualidade da assistência em saúde mental, também deve incentivar a participação em grupos terapêuticos, estimular a autonomia do paciente para que ele possa compreender e agir sobre si mesmo, além de avaliar as condições de saúde específicas da etnia e desenvolver estratégias para fornecer cuidados individualizados a cada paciente, em prol da reabilitação eficiente e qualificada da saúde mental dos povos indígenas.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos ao longo da pesquisa realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Itamaraju, BA. Onde os resultados incluem dados quantitativos sobre a prevalência de casos ativos de ansiedade e depressão entre a população indígena.

O presente estudo foi realizado por meio de uma visita técnica, onde foram analisados 38 prontuários de pacientes indígenas que são acompanhados pelo CAPS de Itamaraju-BA e, de acordo com as amostras coletadas, foram elaborados alguns gráficos contendo informações importantes, sendo estes:

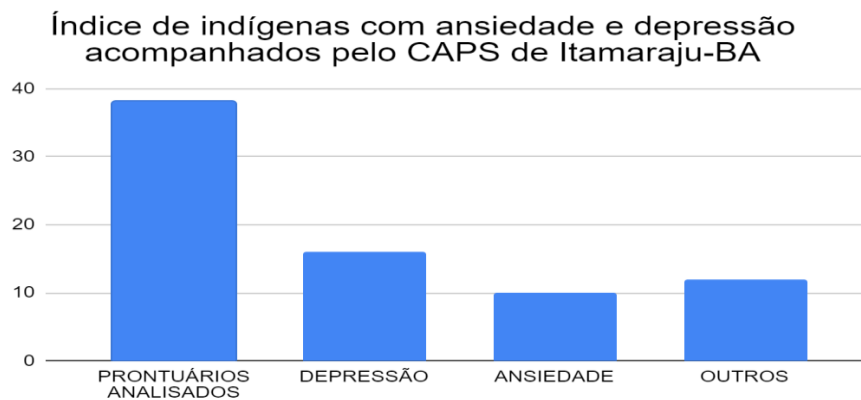


Gráfico 1: Dados epidemiológicos de casos ativos de indígenas com ansiedade e depressão que são acompanhados pelo CAPS de Itamaraju-BA.

Fonte: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 2024.

No gráfico 1 é apresentado o percentual de prontuários analisados com total de 38 casos diagnosticados de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. Conforme podemos verificar, dos 38 prontuários analisados, 16 casos são de pacientes depressivos e 10 sofrem com quadros de ansiedade, totalizando assim 26 casos, ou seja, mais da metade dos casos encontrados.

2731

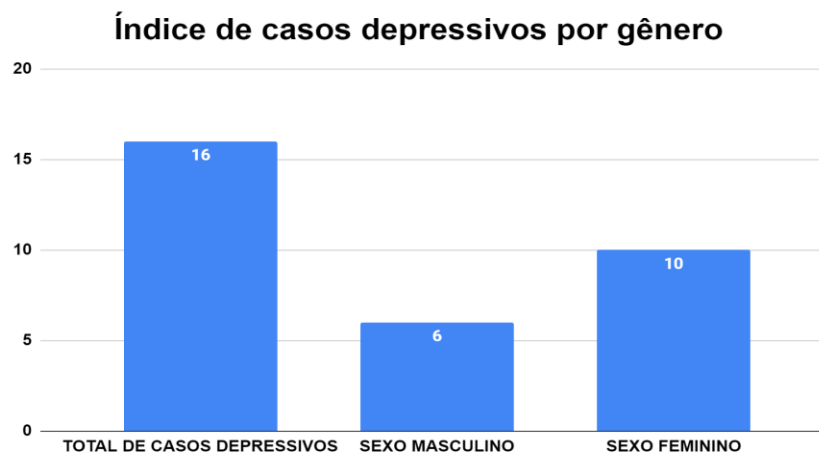


Gráfico 2: Dados epidemiológicos acerca do índice de casos ativos de indígenas com depressão por gênero.

Fonte: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 2024.

O gráfico 2 apresenta um índice significativo entre os casos de depressão entre os sexos feminino e masculino, com 10 casos entre mulheres e 6 casos entre homens. Essa diferença pode refletir uma série de fatores, incluindo diferenças na expressão emocional, padrões de busca de ajuda e fatores sociais e culturais.

No entanto, é importante ressaltar que, a depressão afeta indivíduos de todas as identidades de gênero e é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo genética, história pessoal, eventos de vida estressantes e acesso a recursos de saúde mental. Portanto, é essencial abordar as necessidades de saúde mental de todos os membros da comunidade, independentemente do sexo ou gênero, e promover uma cultura de apoio e respeito mútuo.

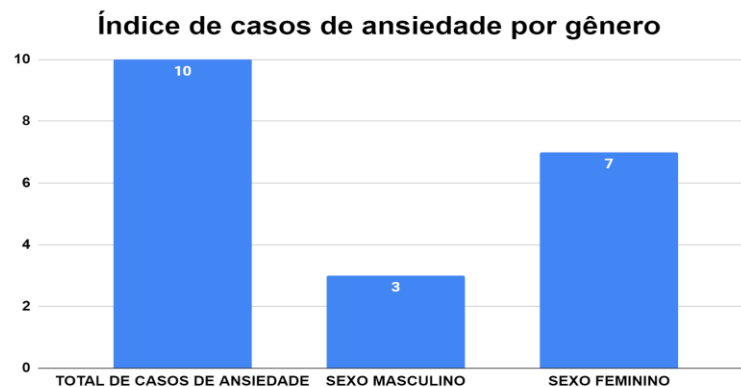


Gráfico 3: Dados epidemiológicos acerca do índice de casos ativos de indígenas com ansiedade por gênero.
Fonte: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 2024.

O gráfico 3. ilustra uma diferença notável nos casos de ansiedade entre os sexos feminino e masculino, com 7 casos entre mulheres e apenas 3 casos entre homens.

Podemos perceber que, as mulheres geralmente relatam níveis mais altos de ansiedade do que os homens, e isso pode ser atribuído a várias razões, incluindo diferenças na sensibilidade ao estresse, fatores hormonais e até mesmo modelos de socialização que encorajam as mulheres a serem mais expressivas emocionalmente. Além disso, as mulheres podem ser mais propensas a buscar ajuda profissional para questões de saúde mental, o que pode resultar em uma maior identificação de casos de ansiedade.

CONCLUSÃO

Durante o estudo ficou evidente que os povos indígenas estão sujeitos a diversas situações de vulnerabilidade e, no contexto da saúde mental, a situação não se difere, já que

vários fatores socioculturais podem influenciar nesse processo e, a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena encontra desafios significativos ao oferecer assistência especializada aos que lidam com distúrbios mentais.

O presente estudo verificou o papel dos órgãos públicos para proporcionar atendimentos qualificados de saúde mental em comunidades indígenas, contextualizou a situação atual dos pacientes indígenas com ansiedade e depressão, identificou o índice de casos de ansiedade e depressão em comunidades indígenas que são acompanhadas pelo CAPS de Itamaraju-BA e, os vários fatores que levam os povos indígenas a enfrentarem quadros de ansiedade e depressão. Além disso, o estudo também apresentou uma ampla abordagem acerca do quão é fundamental a contribuição do profissional da enfermagem no processo de reabilitação da saúde mental indígena.

Com base na análise dos resultados e discussões deste estudo, concluiu-se que a prevalência dos casos de ansiedade e depressão entre indígenas mostrou-se significativa, onde foi possível perceber uma maior predominância em indígenas do sexo feminino, tanto nos casos de depressão quanto nos de ansiedade. Isso pode se justificar pelo fato de que os homens podem ser menos propensos a relatar seus sintomas de ansiedade devido a normas de gênero que os incentivam a reprimir suas emoções e a se mostrar fortes e resilientes. Sendo assim, essa disparidade destaca a importância de abordagens de saúde mental sensíveis ao gênero e de promover um ambiente onde todos se sintam à vontade para buscar ajuda quando necessário.

Através deste estudo foi possível compreender a dinâmica de parceria entre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), onde essa colaboração implica na integração dos profissionais de saúde mental do CAPS com as equipes de saúde indígena para implementar atividades de prevenção, tratamento e reabilitação da saúde nas comunidades indígenas.

No entanto, percebe-se que ainda há muito a ser feito para garantir que as políticas de saúde mental atendam verdadeiramente às necessidades e demandas das comunidades indígenas. Isso inclui a necessidade de maior financiamento e recursos para serviços de saúde mental indígena, a formação culturalmente sensível de profissionais de saúde e a promoção de programas de prevenção e intervenção que levem em conta os contextos socioculturais específicos das comunidades.

Sendo assim, a pesquisa evidenciou a necessidade premente de elaborar novas abordagens de intervenção, tais como capacitar os membros da equipe multidisciplinar, estabelecer parcerias efetivas entre entidades governamentais, não governamentais e comunidades indígenas para coordenar recursos e esforços a fim de promover assistência psicossocial nas próprias comunidades indígenas através de profissionais especializados e criar iniciativas preventivas que tratem dos aspectos sociais determinantes para a saúde e fomentem o bem-estar emocional e psicológico dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALFING, Cleide Estela dos Santos. **A Enfermagem na Atenção em Saúde Mental**. UNIJUI. Rio Grande do Sul, 2011.
- ANDRETTA, Ilana. et al., **Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse em Usuários de Drogas em Tratamento em Comunidades Terapêuticas**. São Leopoldo-RS, 2018.
- BENTO, Amaral Rezende, Waayhs, Ana Clara Dorneles, Quadro, Fátima Alice de Aguiar. **Políticas Públicas em saúde mental indígena no Brasil**. NE N° 4. Ano, 2019.
- BRASIL, **Atenção Psicossocial aos povos indígenas**. Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL, **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: Povos Indígenas No Contexto Da Covid-19**. Ministério da Saúde, 2020.
- CERVI, Taciana Marconatto Damo, Florisbal de Souza Del’Olmo. **Sofrimento Mental e Dignidade da Pessoa Humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil**. Brasil, 2017.
- COSTA, Juliana. **Ansiedade e depressão são os principais vilões da saúde mental**. Brasília DF, 2023.
- FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima; SIMPSON, Clélia Albino. **Saúde indígena: experiência de enfermagem com a etnia Munduruku**. Biblioteca Lascasas, 2016.
- FIGUEIREDO, Fernanda. **Qualificação Do Profissional De Enfermagem Para O Atendimento Aos Usuários Portadores De Transtornos Mentais, No Contexto Da Reforma Psiquiátrica**. Universidade Federal De Minas Gerais. Bom Despacho-Mg, Ano 2014.
- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- GARNELO, Luiza (Org.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. /Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.)-Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GIL, Antônio Carlos, 1999 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas.

MANZOLLI, Maria Cecília. **Relacionamento em Enfermagem: Aspectos psicológicos**. São Paulo: Sarvier, 1983.

Organização Mundial de Saúde (OMS). (2001). Relatório mundial da saúde. **Saúde mental: Nova concepção, nova esperança**. Organização Mundial de Saúde.

PASCHOARELLI, Luís Carlos, Fausto O. Medola, Gabriel H. C. Bonfim. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas**. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, 2015.

PEREIRA, Érica Ribeiro. **A experiência de um serviço de saúde especializado no atendimento a pacientes indígenas**. Saúde Soc. São Paulo, 2014.

RANGEL, Lucia Helena. **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Dados de 2021.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. OLIVEIRA, Raimunda Nonato da Cruz. **Saúde Mental Indígena: os desafios para uma ressignificação do conceito e da política**. Fundação Nacional de Saúde (FNS). São Luiz Maranhão, 2013.

SANTOS, Maria Lúcia Jesus. **A Assistência De Enfermagem No Âmbito Da Saúde Mental Dos Povos Indígenas Kiriri**. Uniages Centro Universitário. Paripiranga, 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças**. Revista Scielo, 2016.